

ÍNDICE PORTO página 2. UP página 5. ECONOMIA página 7. PAÍS página 8. MUNDO página 9. CULTURA página 10. ÚLTIMA página 11.

Elisa Ferreira: “O Porto atravessa uma fase de alguma estagnação” página 2



Elisa Ferreira: O Porto está “particularmente esmorecido”

Patrícia Silva - ljo408l@icicom.up.pt

Eurodeputada não descarta candidatura pelo PS à Câmara do Porto, mas quer “saber em que condições e circunstâncias”. Concessões a privados comportam “altíssimo risco”.

Se surgisse um convite por parte do PS para avançar como candidata à Câmara do Porto aceitaria o desafio?

É um assunto que tem sido muito ventilado, habitualmente pela altura das eleições. Reconheço agora maior consistência relativamente a essa eventualidade, mas sublinho que o partido tem ritmos próprios. Há muitos nomes e muitas pessoas válidas que podem fazer esse trabalho. Vamos ver como o partido amadurece o pensamento interno e quando é que decide.

Mas a sua resposta seria positiva?

É preciso saber em que condições e cir-

cunstâncias. Gosto muito do trabalho que estou a fazer no Parlamento Europeu e sou professora universitária de raiz, não posso excluir uma eventual aceitação, mas não posso dizer que tudo passa por essa possibilidade. As hipóteses não se discutem enquanto não há noção das condições. Tudo está exageradamente vago.

É conhecida a sua ligação ao Porto. Como vê a situação actual da cidade?

O Porto tem tradição de ser muito competitivo, de grande modernidade e abertura ao exterior. Neste momento, atravessa uma fase de menor brilhantismo e alguma estagnação. O Porto é vítima do próprio enquadramento da situação do norte, mas está particularmente esmorecido.

Como analisa as sucessivas concessões a privados no Porto?

Sou apologista da participação do capital privado em articulação com o capital público ou da assunção de sectores tradicionalmente públicos. O problema não está no público ou no privado, está na capacidade de, quando estão em causa valores públicos, haver uma regulação sobre a actividade dos privados.

É uma política arriscada?

É um assunto de altíssimo risco. Está a ser dado enfoque à obra e não ao programa funcional. É muito arriscado avançar simultaneamente com tantos processos de privatização em sectores tão pouco testados e por períodos tão longos. Valeria a pena ver se ao abrigo do quadro comunitário não haveria soluções.

>>><http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/28/>

Eurodeputada não coloca de parte uma possível candidatura à Câmara do Porto pelo PS



“A regionalização não é solução, é instrumento”

Patrícia Silva - lj0408l@icicom.up.pt

Elisa Ferreira defende que o Norte tem papel importante na recuperação económica do país.

No último comício nacional do PS falou sobre o Norte do país. Quais os principais problemas que o atingem?

O Norte está empobrecido e fragilizado. Enquanto o Norte não relançar a sua dinâmica de crescimento e de competitividade, o país dificilmente consegue arrancar. O Norte é muito pesado em termos demográficos e em termos de contributo para o valor acrescentado nacional.

O que levou à fragilização do Norte?

O Norte tem uma composição produtiva muito sujeita à concorrência internacional. Portugal está a passar um momento complicado e não existe uma afirmação da competitividade europeia. Estamos a concorrer com países que não cumprem as

nossas normais ambientais e sociais, como é o caso da China, da Índia e de muitos outros novos países produtores.

Mas existem outros factores...

Com o alargamento da União Europeia, em 2004, entraram novos países que conseguem as taxas de crescimento muito elevadas. Em termos de investimento estrangeiro e nacional são, transitoriamente, fortíssimos concorrentes. A moeda europeia está extraordinariamente sobreavaliada. Quer vendamos para mercado europeu, quer para mercados internacionais, os concorrentes que trabalham em outras moedas têm vantagem competitiva elevada.

A regionalização poderia ajudar a inverter a situação do Norte?

A regionalização não é solução, é instrumento. Algumas políticas seriam melhor ajustadas à realidade do Norte, que precisa,

por exemplo, de maior esforço em termos de formação profissional e referência especial para atrair investimento estrangeiro. O apoio ao surgimento de pequenas e médias empresas tem de ser forte no Norte.

Era necessário um porta-voz credível e politicamente responsável que argumentasse a nível nacional, e que executasse, a um nível intermédio, políticas de compensação das políticas nacionais. Alguns níveis poderiam ficar nas mãos desse estrato regional e a resposta seria mais rápida.

A regionalização é um acto de boa gestão. É assim que tem sido vista por todos países europeus onde é modo normal de gerir o interesse público.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/28/>

“O Norte está empobrecido e fragilizado”



João Paulo Gomes

Pobreza relativa no distrito do Porto ultrapassa a média nacional

Sónia Mendes e Patrícia Silva - jpn@icicom.up.pt

Bloco denuncia impacto deficitário das políticas sociais. Entre 30 a 40% dos pobres trabalham, mas auferem baixos salários.

A taxa de pobreza relativa no distrito do Porto está situada acima dos 25%, enquanto a média nacional de pessoas que auferem menos de 366 euros mensais é de 18%.

O número de sem abrigo no distrito está perto dos três mil e a lista de espera do Banco Alimentar Contra a Fome é de mais de 100 instituições. Estes são alguns dos dados que constam do “Livro Negro sobre a Pobreza no Distrito do Porto”, lançado pelo Bloco de Esquerda (BE), o “diagnóstico de uma situação extremamente dolorosa”, segundo o coordenador do projecto, João Teixeira Lopes.

O BE aponta como causa para estes valores o impacto deficitário das políticas sociais, que não envolvem os pobres. Exemplo disto é o complemento solidário para idosos, que “revela um total desconhecimento da realidade do país, ao ser composto por 19 impressos”, quando “70% da população tem seis anos de escolaridade ou menos, e ao contar também com o rendimento dos filhos, que estão muitas vezes longe, não havendo, portanto, uma economia familiar”. O documento do BE apresenta ainda como

possíveis causas para esta situação o modelo de desenvolvimento adoptado, sendo o distrito marcado por serviços de baixa qualidade e mão-de-obra desqualificada; o desemprego e as deslocalizações; as relações laborais cada vez mais precarizadas; a macropolítica de redistribuição de rendimentos; o corte nas despesas sociais e nos serviços públicos; e a ineficácia das transferências e medidas sociais.

O BE acusa o Estado de “actuar sobre o princípio da subsidiariedade”, ou seja, os que estão mais próximos devem apoiar os mais carenciados, neste caso, através das Instituições Privadas de Solidariedade Social. “Isto é uma forma de o Estado se demitir da sua função de ajuda aos mais necessitados”, critica.

Novo tipo de pobreza

Outro dado do estudo está relacionado com um novo tipo de pobreza. Entre 30 a 40% dos pobres trabalham, mas auferem baixos salários. Há pessoas no distrito a receberem menos do que o salário mínimo, estando, portanto, abaixo do limiar da pobreza relativa, que se situa no nosso país em 366 euros mensais.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/26/>

Quem são os pobres do Porto?

Idosos de baixa escolaridade, famílias monoparentais, jovens com abandono escolar precoce ou desempregados de longa duração.



Ricardo Fortunato

UP quer criar Escola Doutoral

Pedro Rios - prr@icicom.up.pt

Documento de trabalho define escola como “estrutura fortemente selectiva nos doutoramentos” “vocacionada para a captação de alunos internacionais”.

A Universidade do Porto (UP) pode vir a criar uma escola doutoral para promover a realização de doutoramentos e programas de doutoramento de excelência. É uma das ideias que constam de dois documentos sobre o novo modelo de organização da universidade, resultantes da reunião plenária de 10 de Março da Assembleia Estatutária da instituição.

“Será uma unidade orgânica sem órgãos de auto-governo, e com autonomia de gestão,

com as autonomias pedagógica, científica, administrativa e financeira”, lê-se num dos documentos, sobre conceitos base da futura organização da UP, disponíveis no fórum de discussão sobre o Regime Jurídico do Ensino Superior (RJIES).

Ideia em discussão

Esta estrutura “está em discussão, não há ideias concretas”, afirma ao JPN o reitor da UP, Marques dos Santos, sem querer entrar em detalhes. “Há várias opções, vamos iniciar discussões com as escolas”.

As reuniões começaram no dia 19 de Março, com uma sessão entre a Assembleia Estatutária e vários directores e presidentes dos conselhos directivos, e prolongam-se

até Abril, abrangendo todas as unidades orgânicas e centros de investigação.

Captar alunos internacionais

Um documento de trabalho, elaborado por Ana Margarida Damas, professora do Instituto de Ciências Abel Salazar e membro da Assembleia Estatutária da UP, refere que a Escola Doutoral terá como missão “promover a realização de doutoramentos e programas de doutoramento de excelência na UP”.

O texto define a Escola Doutoral como uma “estrutura fortemente selectiva nos doutoramentos que promove e vocacionada para a captação de alunos internacionais”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/24/>

Escola Doutoral “está em discussão”, diz reitor



Joana Caldeira Martinho

UP produz 22% da produção científica nacional

Dados da Web of Science indicam que UP lidera neste indicador.

Sérgio Moreira - ljcc05010@letras.up.pt

A base de dados Web of Science, gerida pelo consórcio norte-americano Institute for Scientific Information (ISI), divulgou que a Universidade do Porto (UP) foi responsável por 22,4% de toda a produção científica nacional de 2007.

Estes dados revelam que as faculdades e unidades de investigação da UP foram responsáveis por quase um quarto dos artigos científicos portugueses publicados o ano passado em publicações científicas internacionalmente reconhecidas.

A base de dados norte-americana é actualizada semanalmente com todos os artigos de cariz científico (nas áreas de Ciências, Ciências Sociais e Artes e Humanidades) que são publicados em revistas previamente avaliadas.

Em 2007, foram registadas na Web of Science um total de 7.700 artigos científicos produzidos em Portugal, dos quais 1.721 contaram com a participação de investigadores, docentes ou estudantes da UP.

Outro dado importante é o facto de a universidade ter crescido uma média de 16% na produção científica nos últimos cinco anos. O peso da universidade no total nacional de artigos científicos também é relevante, ao conseguir percentagens acima dos 20% desde 2004.

Aposta de Portugal na ciência

Ao JPN, o pró-reitor da UP José Sarsfield Cabral diz que a aposta de Portugal na ciência permitiu à universidade elevar a qualidade nesta área.

“Para ser justo, o país todo tem vindo a subir a produção científica que é registada em bases de dados internacionais. Esse esforço tem tido um reflexo bastante grande na Universidade do Porto, que tem subido a um ritmo superior ao resto do país”, afirmou.

Relativamente às bases para este sucesso, José Sarsfield Cabral destaca o estímulo que a universidade dá aos professores para a investigação científica e o investimento forte em “instituições de interface”.

“A UP tem a ambição de em dois anos estar registada nos melhores *rankings* que existem. Essa é uma ambição que, na prática, se traduz em objectivos muito claros, entre eles ser uma universidade de ciência”, sublinhou.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/24/>

FDUP: Docentes recebem novos estatutos

Cristina Villas-Boas - lj04020@icicom.up.pt

A insatisfação de vários docentes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) sobre a mudança de estatutos da instituição foi expressada numa declaração divulgada *on-line* a 7 de Fevereiro. No documento, está patente a total indisponibilidade da faculdade em aceitar ponderar

“a aludida possibilidade de dissolução” da FDUP “no âmbito de uma entidade ou de uma unidade orgânica mais vasta”.

São 26 os professores que assinaram a declaração e que, segundo José António Reis, ex-vice-presidente do Conselho Directivo, ainda mantêm uma posição de rejeição perante a possibilidade de agregação da Faculdade de Direito numa grande escola de Ciências Sociais.

“Aquilo que os docentes da Faculdade de Direito procuraram exprimir foi que não aceitamos de maneira nenhuma a disso-

lução da faculdade naquilo que lhe é essencial, que é a identidade própria da Faculdade de Direito”, refere o docente.

Com a decisão final agendada para Junho, os últimos dias de Março e o mês de Abril vão servir para auscultar as faculdades e pô-las, finalmente, a par de uma questão que continua por esclarecer.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/25/>

Governo baixa IVA

Ana Santos, Marisa Ferreira e Patrícia Silva - jpn@icicom.up.pt

Défice desce para 2,6%. Menezes diz que medida “não terá impacto sério na economia”.

O primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou a descida do IVA em 1 ponto percentual, dos actuais 21% para os 20%. A medida foi anunciada imediatamente depois da divulgação do valor do défice público de 2007.

O défice desceu para 2,6%, abaixo dos 3% fixados como meta pelo Governo. Trata-se de uma redução de 1,3 pontos percentuais relativamente a 2006, que se deve em boa parte ao desempenho da Segurança Social, segundo o Executivo. A redução do IVA vai representar este ano um impacto na diminuição da receita entre 225 a 250 milhões de euros.

Menezes: descida é “irrelevante”...

Para o líder do PSD, Luís Filipe Menezes, a descida do IVA é “irrelevante”, “casuísti-

ca” e não terá um “impacto sério na economia”. A economia vai-se “adaptar a esta descida e não a vai repercutir no cidadão consumidor”, disse.

... e Ludgero Marques diz que é “a mesma coisa que nada”

Opinião semelhante manifestou o presidente da Associação Empresarial de Portugal, Ludgero Marques: “Descer o IVA 1 ponto percentual é a mesma coisa que nada”, disse. No entanto, felicitou o ministro das Finanças pelo valor “formidável” de 2,6% de défice orçamental.

Ministro: “Não há coerência” na oposição

O ministro das Finanças lembrou que, aquando da subida do IVA, a oposição defendeu que a medida teria forte efeito na economia. “Não há coerência e, até diria, honestidade [nas críticas]”, frisou.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/27>

Anúncio não entusiasma oposição e Ludgero Marques



“Não estamos imunes ao aumento da violência do mundo”

Ana Santos - ljcc04005@letras.up.pt

Medidas “visam melhorar o combate e a prevenção à criminalidade”, diz secretário-geral do GCS.

O secretário-geral do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), Leonel Carvalho, destaca a importância das medidas preventivas apresentadas pela primeira vez no Relatório Anual de Segurança Interna 2007. Diz, no entanto, que é quase impossível para Portugal fugir à tendência mundial que é o aumento da criminalidade. “Não estamos imunes ao aumento da violência do mundo”, afirmou ao JPN.

Leonel Carvalho entende que os recursos actualmente disponíveis são suficientes, reforçando a necessidade da sua racionalização. Afirma que a “a PSP tem agora um desafio importante” depois de algumas freguesias da responsabilidade da GNR passarem a ser do domínio da PSP. Esta alteração exigirá uma racionalização e canalização de efectivos para essas zonas, com especial

destaque para as áreas periféricas a Lisboa e ao Porto.

Relativamente à necessidade de treinos periódicos dos agentes policiais, Leonel Carvalho diz que “sente-se a necessidade de que quem utiliza a arma a saiba utilizar bem, daí o reforço do treino com tiro e de uma actualização permanente das várias técnicas e das várias tácticas”.

O Relatório de Segurança Interna 2007 revela números preocupantes relativamente à prática do *carjacking* no nosso país. Leonel Carvalho destaca a existência de medidas de prevenção passivas e activas. As medidas de natureza passiva passam pela “maior esclarecimento das pessoas de forma a evitar serem roubadas”, sublinhando que “a primeira preocupação deverá passar pelo próprio cidadão”.

Níveis de criminalidade estáveis

Leonel Carvalho revela-se optimista relativamente às novas medidas divulgadas pela

primeira vez no Relatório de Segurança Interna 2007. “As medidas visam melhorar o combate e a prevenção à criminalidade e espera-se sempre que os resultados sejam conseguidos”, diz.

Salienta ainda que, “em Portugal, no que diz respeito à criminalidade geral e criminalidade violenta e grave, houve uma evolução muito grande” no que toca à sua estabilização e combate. Desde 1998, e segundo dados estatísticos, os índices de criminalidade têm-se mantido estáveis. Os números conseguidos este ano estão ao nível dos registados em 2002.

Admitindo que é difícil para Portugal combater a tendência mundial do aumento da violência, Leonel Carvalho conclui: “Pelo menos até agora, tem-se conseguido a luta do bem contra o mal.”

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/27>

Índices de criminalidade têm-se mantido estáveis



Situação “catastrófica” na Somália

Marisa Ferreira - ljcc05008@icicom.up.pt



39 ONG apelam à comunidade internacional para que não esqueça a Somália. Relatório internacional classifica país como o mais perigoso para minorias.

Um total de 39 organizações não-governamentais (ONG) lançaram um alerta, quarta-feira, à comunidade internacional para a grave crise humanitária que se vive na Somália, derivada da falta de ajuda humanitária, bem como do aumento dos preços dos alimentos, do conflito no país e da hiperinflação.

Por seu lado, o chefe das operações humanitárias das Nações Unidas na Somália, Bill Paton, afirmou à BBC, no início deste mês, que a Somália está, possivelmente, a atravessar a “mais difícil situação humanitária” do mundo no que toca à distribuição de ajuda. Cerca de 24% da população do país depende do apoio internacional.

Um boletim do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados divulgou testemunhos das populações civis vítimas do conflito somali, classificando os ataques como uma “brutalidade extrema” e denunciando o “desrespeito pelas leis internacionais humanitárias e pelos direitos humanos”.

Segundo o documento, cerca de 90 mil crianças somalis podem morrer nos próximos meses se não for prestada ajuda urgente à Somália.

Mais de um milhão de deslocados

15% da população sofre de desnutrição aguda, num país onde o atendimento médico é limitado e existe uma escassez generalizada de saneamento básico e de água.

O ACNUR afirma que a população continua a abandonar a capital Mogadíscio, devido às condições precárias e à tentativa das tropas da União Africana em garantir a segurança do governo de transição.

Segundo o Alto Comissariado, os confrontos que se iniciaram no final do ano de 2006 e que ainda persistem, obrigaram à deslocação de 40 mil civis da capital somali este ano.

“Há agora mais de um milhão de pessoas internamente deslocadas”, indica o comunicado das ONG.

País mais perigoso para minorias

A Somália foi considerada este ano pela ONG Minority Rights Group Internacional o país mais perigoso para as minorias.

A organização, sediada em Londres, considera que a actual situação somali é “catastrófica” e que tem vindo a piorar desde de 2007. O relatório “State of the world’s minorities” refere que as minorias somalis estão “em risco de assassinato em massa, genocídio ou de outra forma de violência extrema.”

O relatório da Minority Rights Group Internacional considera que a actual situação deve-se principalmente “à entrada de novos actores no conflito que assola a Somália, como a Eritreia, a Etiópia e os EUA”.

A organização de defesa dos cristãos perseguidos, Open Doors International, classificou a Somália como o décimo segundo país que mais persegue as minorias cristãs, que representam 1,3% da população somali.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/26/>

Bob Dylan revelado num “puzzle” ficcional

Sara Otto Coelho - ljcc05070@icicom.up.pt

“I’m not There” é uma viagem muito pouco convencional à vida do lendário músico norte-americano, ícone da cultura pop do século XX

Seis actores, sete pedaços de personalidade. Christian Bale, Heath Ledger, Richard Gere, Ben Whishaw, Marcus Carl Franklin e uma mulher, Cate Blanchett, todos eles são Bob Dylan, embora o nome do lendário cantor nunca seja referido em “I’m not There”. Cada personagem tem o seu próprio nome, assim como, na realidade, o verdadeiro Dylan se chama Robert Zimmerman.

No filme, realizado por Todd Haynes (o realizador de “Velvet Goldmine”), a narrativa avança e recua, sempre acompanhada pela contextualização histórica de um retrato da América, do qual Dylan não pode estar ausente.

O primeiro Bob Dylan em cena é negro, tem 11 anos e chama-se Woody Guthrie,

nome da maior influência para o músico, que o levou, na vida real, a visitar o verdadeiro Guthrie em Nova Iorque, como retrata o filme.

Esta primeira personalidade é tenra de idade, mas anciã na forma de pensar, uma analogia ao verdadeiro Dylan que, nos seus primeiros álbuns, cantava o passado americano em detrimento do tempo em que vivia.

Temos ainda o poeta que não se assume como tal; o cantor de protesto que mais tarde renega o título; o Dylan eléctrico que chocou pela viragem para o rock e cuja personagem morre no filme. Há ainda o marido e pai, o neo-religioso pastor tocador de gospel e uma espécie de alter-ego de Billy the Kid. “O homem é múltiplo, mas a canção vale por si mesma”, pode ler-se na película.

Uma esquizofrenia de personalidades, uma miscelânea de analepses e de prolepses, de cor e de ausência dela, onde uma

das poucas certezas é a de que a música que se ouve é mesmo de Bob Dylan.

Registo ficcional com traços acentuados de poesia, “I’m Not There”, cujo nome deriva de uma canção inédita só recentemente trazida a público, recebeu o Prémio Especial do Júri no Festival de Veneza. Blanchett recebeu o Globo de Ouro para melhor actriz secundária, bem como o de melhor actriz na cidade italiana.

O filme está em cartaz desde 27 de Março nos cinemas de Lisboa e Porto.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/28/>

“I’m Not There”
recebeu o Prémio
Especial do Júri no
Festival de Veneza



Ilhas sustentáveis com “ajuda” do MIT-Portugal

Cristina Villas-Boas - lj04020@icicom.up.pt

Objectivo é fazer com que Açores e Madeira diminuam a dependência de energia externa e se sustentem com energias renováveis.

É mais um projecto anunciado pelo programa MIT-Portugal no qual os investigadores da área de energia concentram os seus esforços. A ser aplicado nos Açores e na Madeira, terá como meta pôr os arquipélagos a produzir energia eléctrica de forma sustentável, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis.

O objectivo é criar “ilhas verdes”. O conceito de “ilha sustentável” surgiu por ser “fácil” perceber o sistema de energia de uma ilha, “por ser um sistema fechado”, explica o director do programa, Paulo Ferrão.

O projecto parte da área de energia, centrado nos sistemas sustentáveis, que são

estudados no âmbito do programa MIT-Portugal. A ideia é “melhorar o sistema de energia”, quando se pensa em transportes, edifícios ou ilhas.

O objectivo é “desenvolver a integração de tecnologias” nesses sistemas de energia. Faz ainda parte da investigação “perceber como é que se pode aumentar a contribuição das energias renováveis na ilha com um custo que seja economicamente rentável”.

A ilha de S. Miguel, nos Açores, é particularmente importante no projecto, já que “tem hoje em dia capacidade de aumentar a produção de energias renováveis, nomeadamente a geotérmica, que hoje já produz cerca de metade da energia eléctrica, e pode aumentar ainda mais”. “Mas todas as outras ilhas têm possibilidades, nomeadamente aumentando a produção da energia

eólica”, refere Paulo Ferrão.

A Galp e a EDP são duas das empresas que já mostraram interesse em investir no projecto, mas só “depois de concluído e face aos resultados”, acautela Paulo Ferrão.

O responsável acrescenta ser intenção das empresas potencialmente investidoras e do próprio MIT-Portugal ter “um mercado concreto e um estudo de implementação que possa depois, na prática, mostrar a nível internacional a viabilidade deste projecto”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/26/>

Rui Rio: Circuito da Boavista pode ser “referência” a nível europeu

Joana Caldeira Martinho - ljcc05051@letras.up.pt

Livro afirma o valor do Circuito da Boavista como marca da cidade.

O presidente da Câmara Municipal do Porto (CMP), Rui Rio, acredita que o Grande Prémio Histórico do Porto “tem um potencial enorme” e que pode vir a tornar-se “uma referência, pelo menos a nível europeu”.

Durante o lançamento do livro oficial da edição de 2007 das corridas no Circuito da Boavista (Racing Boavista 2007”, de Francisco Santos), o autarca salientou a importância da prova, relançada em 2005 depois de 45 anos sem actividade, para a cidade. “Não é o Vinho do Porto, nem o Futebol Clube

do Porto, mas é já uma marca da cidade”, defendeu.

O livro evoca a emoção das provas do World Touring Car Championship e do Grande Prémio Histórico do Porto e conta com imagens de fotógrafos internacionais.

David Cabral, da organização do evento de 2007, considera que as provas “projectaram o nome da cidade no universo automobilístico” e também a nível turístico. É já garantido que o circuito vai receber a prova de WTCC em 2009.

“Este é um projecto muito importante para o Norte e para Portugal, a nível internacional”, declarou Tiago Monteiro, piloto de Fór-

mula 1 que participou na prova do WTCC, também presente.

Tradição e modernidade

“O segredo do Circuito da Boavista é casar a história e a tradição com a modernidade”, declarou Rui Rio.

Segundo o autarca, esta é a linha de acção aplicada a outros projectos, como os da reabilitação do Pavilhão Rosa Mota e do Mercado do Bom Sucesso. “Mas ainda há pessoas que dizem que o Porto está parado”, atirou.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/03/25/>